



Os subsídios governamentais para grandes empresas.

Seminário Justiça Fiscal
São Paulo, Abril 2017.

Gabriel Casnati

Os subsídios e Justiça Fiscal

- Normalmente aparecem como algo secundário, mas os subsídios governamentais estão no centro conceito de justiça fiscal.
- Não aparece no projeto BEPS, pois é uma questão importante principalmente para os países subdesenvolvidos (onde as empresas se instalam hoje).
- **Forte relação entre os subsídios governamentais, corrupção público-privado, captura da democracia e obstáculos para o desenvolvimento**

Os subsídios e Justiça Fiscal

- Atualmente é visto como **natural** a intensa concorrência que ocorre entre países, estados e municípios para sediar uma grande empresa.
- Toda essa concorrência leva a um “**leilão ao contrário**”, até que a carga tributária que a empresa em questão deve pagar chegue quase ao 0.
- Quase sempre não há garantias ou contrapartidas nos subsídios. Assim, em tempos de crise ou quando a empresa atinge um tempo mínimo, ela se sente livre a renegociar os benefícios ou simplesmente migrar a outra jurisdição em que possa não pagar impostos.
- **As perguntas são:** Compensa a médio prazo dar tantos benefícios para grandes empresas ? Considerando que as PMEs são as maiores geradoras de emprego no Brasil, não teriam outras formas de gerar empregos e investimentos?

É possível terminar com a concorrência tributária?

- **Propostas:**

1: Colocar um piso na concorrência tributária

Acordar uma taxa mínima global de pagamento de impostos para as grandes empresas, indexada sobre o lucro total da empresa.

Isso geraria um debate sobre quanto seria essa taxa. As tarifas ao redor do mundo convergem para um número próximo dos 25% - embora muitos países tenham decidido valores muito menores e não parecem dispostos para mudar.

Por isso – entre outras funções - a **criação de um organismo de tributação global na ONU** é essencial para conseguir coordenar e estabelecer uma taxa mínima comum. Um país que “fure” coloca todo o sistema por água a baixo.

É possível terminar com a concorrência tributária?

- **2: Eliminar todos os incentivos fiscais especiais**
 - **“Patent boxes”**, muito comuns na Europa com o argumento de incentivar a pesquisa e tecnologia. Na prática, os “patent boxes” se tornaram mais um mecanismo de concorrência tributária.
 - As **Zonas Econômicas Especiais**, comuns em países em desenvolvimento, são áreas que promovem imposto (quase) zero por um período de tempo - normalmente 10 a 15 anos.
 - Os incentivos fiscais devem, no mínimo, **criar condições equitativas** para os residentes e não residentes do país. Não se pode permitir nenhuma vantagem para as empresas multinacionais decorrente de **acordos de taxaçaõ internacional generosos**.
 - Os incentivos fiscais podem ser **políticas justificáveis**, como no caso de demandas internas ou com fins sociais e/ou ambientais.

É possível terminar com a concorrência tributária?

- **3: Garantir participação popular**
 - O direito dos cidadãos participarem dos debates públicos orçamentários e tributários estão garantidos pelas convenções internacionais de direitos humanos.
 - Para isso, todas as informações e benefícios concedidos precisam ser transparentes e acessíveis. Informações secretas facilitam ainda mais a corrupção e as relações espúrias entre empresários e políticos.

O caso estado do Rio de Janeiro

- Grande crise fiscal no Estado, anunciada em **17,5 bilhões de reais** pelo governo em Dezembro.
- Pezão (outubro de 2016): “enquanto for governador, vou dar incentivo fiscal”. De 2007 para 2015, as isenções reconhecidas pelo governo saltaram de 13% para 29% do ICMS.
- Principais argumentos utilizados pelo governo para a crise foram os gastos com empresas públicas e a queda do valor do petróleo. Enquanto isso as isenções seriam uma grande forma de gerar empregos e crescer economicamente.

O caso estado do Rio de Janeiro



Benefícios declarados no DUB-ICMS (atualizado IPCA)

Receita de ICMS (atualizado IPCA)

Receita com petróleo (atualizado IPCA)

O caso estado do Rio de Janeiro

- Entre muitos benefícios, o **MP-RJ investigou o caso da empresa de distribuição de equipamentos médicos “CP-RJ Implantes Especializados”**, com benefícios de R\$ 3,85 bilhões. O valor equivale a 73% dos gastos com saúde pelo estado em 2013.
- A empresa declarou que isso se deu por um erro de digitação, não seriam bilhões e sim milhões.
- De qualquer forma, os donos da empresa foram investigados dentro dos Panamá Papers. Além disso, os donos tem um vínculos explícitos com o PMDB, tendo financiado diversas campanhas do partido pelo estado.

O caso estado do Rio de Janeiro

- Entre as isenções totais, apenas 50 empresas respondem por R\$ 25 bilhões do total de R\$ 37 bilhões. O restante – R\$ 12 bilhões – é distribuído entre quase 4 mil empresas.
- **Entre as empresas listadas temos:**
 - Entre 2007 e 2013, as joalherias de luxo H Stern e Amsterdam Sauer deixaram de pagar **240 milhões** em impostos. Segundo dados, esse valor seria o suficiente para construir uma UPA.
 - A Rio Refrescos Ltda (subsidiária da Coca-Cola), Cervejaria Petrópolis e Schincariol, grandes financiadoras de Cabral em 2010 ganharam centenas de milhões em benefícios nos últimos anos.
 - Todas as maiores empresas de construção do Brasil também financiaram sua campanha e ganharam incentivos fiscais muito generosos.

Governo do Rio quer conceder incentivo de até R\$ 650 milhões à Ambev

T+ T-



compartilhar:



Facebook



Google+



Twitter



postado em 05/04/2017 22:37



Agência Estado

- Esse empreendimento está sendo disputado por outros países, além do Brasil. Caso não seja concedido o financiamento do investimento, a empresa poderá deslocar o empreendimento para outro local. Se o financiamento for aprovado, a fábrica deverá ser instalada no bairro de Santa Cruz, ao lado da fábrica de cerveja da Ambev, gerando 200 empregos diretos.

Alguns resultados

- Entre 2008 e 2013, o número de empresas no estado subiu 127%, bem acima da média do resto do Sudeste, com 95%. Por outro lado, no mesmo período, a geração de emprego formal ficou na 20ª posição do ranking nacional.
- Privatização da CEDAE, ameaça de novas privatizações e sucateamento dos serviços públicos.
- Olimpíadas como um bom exemplo de como o modelo adotado pelo RJ favoreceu as empresas. Muitas remoções, dificuldade com habitação, falta de investimentos em infraestrutura, transporte etc. Muitas das construções, inclusive, já viraram “elefantes-brancos”.
- Entre muitos outros...

Referências

- <http://www.asclaras.org.br/>
- <http://apublica.org/2016/11/desconto-bilionario-concedido-a-empresas-e-fator-chave-no-rombo-do-rio/>
- <http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeconteudo?article-id=328891>
- <http://www.icrict.org/taxcompetition/>
- <http://extra.globo.com/noticias/extra-extra/apesar-da-crise-pezaopedeisencao-para-nova-fabrica-da-ambev-21165229.html>